



Fls. n.º 8  
Proc. 254/95

**Câmara Municipal de Mococa**  
Estado de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL — MOCOCA —		
PROTOCOLO		
Numero	Data	Rubrica
1394	21/08/95	[assinatura]

PROJETO DE LEI Nº. 060 DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 1995.

dispondo sobre o ingresso no  
serviço público municipal de  
pessoas portadoras de deficiên  
cia e dá outras providências.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em  
Sessão realizada no dia 25 de Setembro de 1995, aprovou Pro  
jeto de Lei de autoria do Vereador Dr. Tadeu Rezende, e eu san  
ciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica reservado um percentual de 5% (cin  
co por cento) dos cargos e empregos públicos dos quadros de pes  
soal pertencentes aos órgãos da administração pública munici  
pal, direta e indireta, às pessoas portadoras de deficiência.

§ 1º - Os cargos e empregos públicos destinados  
às pessoas portadoras de deficiência serão definidos especifi  
camente, pela administração municipal, observado o percentual  
reservado neste artigo.

§ 2º - A definição dos cargos e empregos públi  
cos destinados às pessoas portadoras de deficiência deverá abran  
ger, na medida do possível, de modo equitativo, todos os seto  
res integrantes os órgãos da administração municipal direta e  
indireta.

§ 3º - A reserva e a definição dos cargos e em  
pregos públicos destinados às pessoas portadoras de deficiên  
cia deverão ser analisadas em conjunto pelo Diretor Administra  
tivo e por um médico da área de saúde municipal indicado pelo  
Prefeito Municipal.

Art. 2º - As pessoas portadoras de deficiência po  
derão ocupar cargos e empregos públicos desde que a intensida  
de e a extensão da deficiência sejam compatíveis com o exercí  
cio das respectivas funções.

Art. 3º - A investidura nos cargos e empregos re  
servados às pessoas portadoras de deficiência dar-se-á median  
te concurso público, conforme preceitua o art. 37, inciso II  
da Constituição Federal e § 2º do artigo 97 da Lei Orgânica do  
Município.

[assinatura]





# Câmara Municipal de Mococa

Estado de São Paulo

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº. \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 1995.

Fls. n.º 3

Proc. 754

Art. 4º - A administração pública municipal poderá solicitar assessoria às entidades governamentais ou filantrópicas ligadas à pessoa portadora de deficiência para a realização do concursos público.

Art. 5º - O tipo de deficiência deverá ser identificado através de atestado médico no ato da inscrição, a fim de que sejam garantidas as condições especiais para a realização das provas.

§ 1º - O atestado médico tem apenas a finalidade de descrever a deficiência do candidato.

§ 2º - A emissão do atestado a que se refere este artigo terá por base exame médico específico, que poderá ser realizado por médico particular ou por especialista na área da administração pública municipal, estadual ou federal, ou de entidades filantrópicas ligadas à pessoa portadora de deficiência.

Art. 6º - As pessoas portadoras de deficiência participarão dos concursos públicos em igualdade de condições com os demais candidatos, no que respeita ao conteúdo e à avaliação das provas.

Parágrafo único - Após o julgamento das provas serão elaboradas duas listas de classificação, uma com a relação de todos os candidatos não deficientes e outra com os portadores de deficiência.

Art. 7º - A administração pública poderá convocar e investir os candidatos não deficientes aprovados nos cargos e empregos reservados aos portadores de deficiência quando da ocorrência das seguintes hipóteses, no concurso público realizado:

- I - inexistência de inscrição de deficientes;
- II - reprovação da totalidade dos portadores de deficiência;
- III - número de portadores de deficiência aprovados insuficientes para o preenchimento dos cargos ou empregos a eles reservados.

§ 1º - Os candidatos remanescentes convocados, em conformidade com o disposto nos incisos deste artigo, integrarão





*Câmara Municipal de Mococa*  
*Estado de São Paulo*

Fls. 03

Fls. n.º 4  
Proc. 754/1954

PROJETO DE LEI Nº. \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 1995.

uma única lista de classificação, prosseguindo o concurso público nos seus ulteriores termos.

§ 2º - A administração pública municipal deverá reservar novos cargos e empregos públicos aos portadores de deficiência, observado o percentual determinado pelo artigo 1º desta Lei, caso ocorram as hipóteses previstas neste artigo.

Art. 8º - O órgão responsável pela realização do concurso público garantirá aos portadores de deficiência as condições especiais necessárias à sua participação nas provas.

Art. 9º - Após a aprovação em concurso público, o candidato portador de deficiência será submetido à avaliação perante uma junta multidisciplinar, que fornecerá o laudo comprobatório de sua capacidade para o exercício das funções inerentes ao cargo ou emprego em que venha a ser investido.

§ 1º - O candidato cuja deficiência não for configurada, ou quando esta for considerada incompatível com a função a ser desempenhada, será desclassificado.

§ 2º - É assegurado ao candidato desclassificado, nos termos do parágrafo anterior o direito de recorrer da decisão protelada pela junta multidisciplinar no prazo de três dias, contados da data do resultado oficial.

Art. 10 - A deficiência existente jamais poderá ser arguida para justificar readaptação funcional ou concessão de aposentadoria, salvo se dela advierem complicações que venha a produzir incapacidade ocupacional parcial ou total.

Art. 11 - Após o ingresso dos portadores de deficiência no serviço público, ser-lhe-ão asseguradas condições para o exercício dos cargos ou empregos para os quais foram aprovados.

Art. 12 - Qualquer cidadão poderá comunicar à autoridade competente a violação de quaisquer direitos ou garantias asseguradas nesta lei, sem prejuízo de representação junto ao Ministério público.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

*[Assinatura]*





**Câmara Municipal de Mococa**  
**Estado de São Paulo**

Fls. n.º 5  
Proc. 757 95

Fls. 04

PROJETO DE LEI Nº. \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 1995.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 21 de agosto de 1995.

Dr. Tadeu Rezende  
Vereador

**DESPACHO**

A(s) Comissões

Educação

S. Sessões 21 / 09 / 1995

Presidente

*Justiça*  
*[Signature]*

**APROVADO**

Em 10. Discussão por V.U

Sessão 18 de 09 de 1995

DR. TADEU REZENDE  
PRESIDENTE

*[Signature]*

**APROVADO**

Em 20. Discussão por V.U

Sessão 25 de 09 de 1995

DR. TADEU REZENDE  
PRESIDENTE  
JOSE POMPEO  
SECRETÁRIO

*[Large handwritten signature]*

PROCESSO Nº.757/95 -

PROJETO DE LEI Nº.060/95

Recebimento para estudo e parecer em 21 / 8 / 1996  
com o prazo de 15 dias  
vencível em 11 / 9 / 1995  
Sala das Comissões Permanentes  
da Câmara Municipal de Mococa.  
Presidente  
Comissão de Justiça

Designo Relatar à Presença do Vereador  
Dr. Asikenti  
com prazo de 8 dias vencível em 30 / 8 / 95  
Sala das Comissões  
21 / 8 / 95  
Presidente

Recebimento para estudo e parecer em 21 / 8 / 1996  
com o prazo de 15 dias  
vencível em 11 / 9 / 1995  
Sala das Comissões Permanentes  
da Câmara Municipal de Mococa.  
Presidente  
Comissão de Educação

Designo Relatar à Presença do Vereador  
Maurício Rotta  
com prazo de 8 dias vencível em 30 / 8 / 95  
Sala das Comissões  
21 / 8 / 95  
Presidente





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

REFERÊNCIA: - PROJETO DE LEI Nº.060/95

INTERESSADO: - DR. TADEU REZENDE

RELATOR: - MARCIA ROTTA

ASSUNTO: - Dispondo sobre ingresso no serviço público  
Municipal de pessoas portadoras de deficiência

Como relator da matéria acima epigrafada, e dentro das atribuições desta Comissão, após estudos da mesma, a propositura tem plena procedência quanto ao aspecto constitucional, legal e Regimental, e estando meritóriamente embasada, resolvo acolhê-la da forma como está redigida, exarando parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação.

Este é o nosso parecer s.m.j.

Sala das Comissões, 19 de Setembro de 1.995.

Relator  
Di Taliberti

APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORÁVEL AO PROJETO

Sala das Comissões, 20 de Setembro de 1995.

Dra. Marília Pereira Lima

Italo Maziero Junior





060/95 Fls. n.º 8  
Proc. 15495  
Câmara Municipal de Mococa

COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO

REFERÊNCIA:- PROJETO DE LEI Nº.060/95

INTERESSADO:- DR. TADEU REZENDE

RELATOR:- MARCIA ROTTA

ASSUNTO:- Dispondo sobre ingresso no serviço público Municipal de pessoas portadoras de deficiência

Como Relator da matéria supra mencionada, e dentro das atribuições conferidas a esta Comissão, após estudos detalhados da propositura e tendo em vista seu objetivo, somos pelo seu pleno acolhimento, o que nos leva a exarar parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação e respeitando seu texto original.

Esse é o nosso parecer s.m.j.

Sala das Comissões, 19 de Setembro de 1.995

  
Relator

Marcia Rotta

**APROVADO O PARECER DO RELATOR DE FAVORÁVEL AO PROJETO**

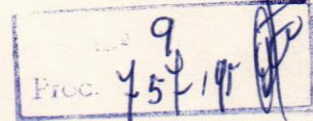
Sala das Comissões, 20 de Setembro de 1995

  
Evandro Bizarro Patti

  
Cido Espanha



*Câmara Municipal de Mococa*  
Estado de São Paulo  
|||



**Mococa, 27 de setembro de 1995.**

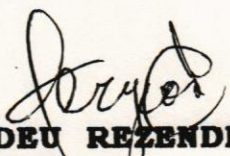
**Of. 1066/95-CM.**

**Senhor Prefeito,**

**Passamos às mãos de Vossa Excelência, para as providências cabíveis, Autógrafo nº. 52/95, referente ao Projeto de Lei nº. 60/95, de nossa autoria, devidamente aprovado por esta Casa, em Sessão realizada no dia 25 de setembro último.**

**Ao ensejo, apresentamos a Vossa Excelência, os protestos de mais alta consideração e apreço.**

**Atenciosamente**

  
**DR. TADEU REZENDE**  
Presidente

**EXMO. SR.  
DR. ANTONIO NAUFEL  
DD. PREFEITO MUNICIPAL  
MOCOCA**

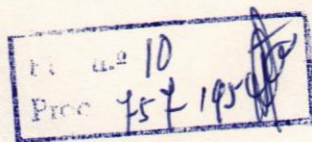




*Câmara Municipal de Mococa*  
*Estado de São Paulo*

AUTÓGRAFO Nº. 52 DE 1995

Projeto de Lei nº.60/95



dispondo sobre o ingresso no  
serviço público municipal de  
pessoas portadoras de deficiên  
cia e dá outras providências.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em Ses  
são realizada no dia 25 de setembro de 1995, aprovou Projeto de  
Lei de autoria do Vereador Dr. Tadeu Rezende, e eu sanciono e pro  
mulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica reservado um percentual de 5% ( cinco  
por cento ) dos cargos e empregos públicos dos quadros de pessoal  
pertencentes aos órgãos da administração pública municipal, dire-  
ta e indireta, às pessoas portadoras de deficiência.



§ 1º - Os cargos e empregos públicos destinados às  
pessoas portadoras de deficiência serão definidos especificamente,  
pela administração municipal, observado o percentual reservado nes  
te artigo.

§ 2º - A definição dos cargos e empregos públicos des  
tinados às pessoas portadoras de deficiência deverá abranger, na  
medida do possível, de modo equitativo, todos os setores integran  
tes dos órgãos da administração municipal direta e indireta.

§ 3º - A reserva e a definição dos cargos e empregos  
públicos destinados às pessoas portadoras de deficiência deverão  
ser analisadas em conjunto pelo Diretor Administrativo e por um  
médico da área de saúde municipal indicado pelo Prefeito Municip  
al.

Art. 2º - As pessoas portadoras de deficiência pode  
rão ocupar cargos e empregos públicos desde que a intensidade e a  
extensão da deficiência sejam compatíveis com o exercício das res  
pectivas funções.

Art. 3º - A investidura nos cargos e empregos reser  
vados às pessoas portadoras de deficiência dar-se-á mediante con  
curso público, conforme preceitua o art. 37, inciso II da Consti  
tuição Federal e § 2º do artigo 97 da Lei Orgânica do Município.





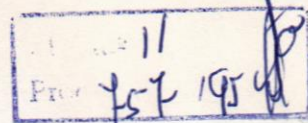


*Câmara Municipal de Mooca*  
*Estado de São Paulo*

fls. 02

AUTÓGRAFO Nº. 52 DE 1995

Projeto de Lei nº. 60/95



Art. 4º - A administração pública municipal poderá solicitar assessoria às entidades governamentais ou filantrópicas ligadas à pessoa portadora de deficiência para a realização do concurso público.

Art. 5º - O tipo de deficiência deverá ser identificado através de atestado médico no ato da inscrição, a fim de que sejam garantidas as condições especiais para a realização das provas.

§ 1º - O atestado médico tem apenas a finalidade de descrever a deficiência do candidato.

§ 2º - A emissão do atestado a que se refere este artigo terá por base exame médico específico, que poderá ser realizado por médico particular ou por especialista na área da Administração pública municipal, estadual ou federal, ou de entidades filantrópicas ligadas à pessoa portadora de deficiência.

Art. 6º - As pessoas portadoras de deficiência participarão dos concursos públicos em igualdade de condições com os demais candidatos, no que respeita ao conteúdo e à avaliação das provas.

Parágrafo único - Após o julgamento das provas serão elaboradas duas listas de classificação, uma com a relação de todos os candidatos não deficientes e outra com os portadores de deficiência.

Art. 7º - A administração pública poderá convocar e investir os candidatos não deficientes aprovados nos cargos e empregos reservados aos portadores de deficiência quando da ocorrência das seguintes hipóteses, no concurso público realizado:

- I - inexistência de inscrição de deficientes;
- II - reprovação da totalidade dos portadores de deficiência;
- III - número de portadores de deficiência aprovados insuficientes para o preenchimento dos cargos ou empregos a eles reservados.

*Handwritten signature and a large blue 'D' mark.*





*Câmara Municipal de Mococa*  
*Estado de São Paulo*

12  
15/10/95  
fls. 03

AUTÓGRAFO Nº. 52 DE 1995

Projeto de Lei nº. 60/95

§ 1º - Os candidatos remanescentes convocados, em conformidade com o disposto nos incisos deste artigo, integrarão uma única lista de classificação, prosseguindo o concurso público nos seus ulteriores termos.

§ 2º - A administração pública municipal deverá reservar novos cargos e empregos públicos aos portadores de deficiência, observado o percentual determinado pelo artigo 1º desta Lei, caso ocorram as hipóteses previstas neste artigo.

Art. 8º - O órgão responsável pela realização do concurso público garantirá aos portadores de deficiência as condições especiais necessárias à sua participação nas provas.

Art. 9º - Após a aprovação em concurso público, o candidato portador de deficiência será submetido à avaliação perante uma junta multidisciplinar, que fornecerá o laudo comprobatório de sua capacidade para o exercício das funções inerentes ao cargo ou emprego em que venha a ser investido.

§ 1º - O candidato cuja deficiência não for configurada, ou quando esta for considerada incompatível com a função a ser desempenhada, será desclassificado.

§ 2º - É assegurado ao candidato desclassificado, nos termos do parágrafo anterior o direito de recorrer da decisão protelada pela junta multidisciplinar no prazo de três dias, conta-dos da data do resultado oficial.

Art. 10 - A deficiência existente jamais poderá ser arguida para justificar readaptação funcional ou concessão de aposentadora, salvo se dela advierem complicações que venha a produzir incapacidade ocupacional parcial ou total.

Art. 11 - Após o ingresso dos portadores de deficiência no serviço público, ser-lhe-ão asseguradas condições para o exercício dos cargos ou empregos para os quais foram aprovados.

Art. 12 - Qualquer cidadão poderá comunicar à autoridade competente a violação de quaisquer direitos ou garantias as-seguradas nesta Lei, sem prejuízo de representação junto ao Minist





*Câmara Municipal de Mococa*  
*Estado de São Paulo*

Fls. n.º 13  
Proc. 75495

fls. 04

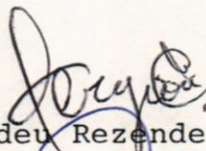
AUTÓGRAFO Nº. 52 DE 1995  
Projeto de Lei nº. 60/95

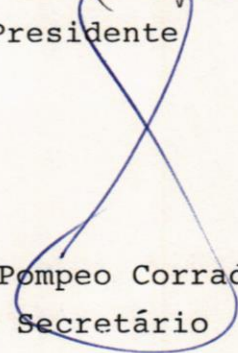
tério Público.


Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA, 26 DE SETEMBRO DE 1995.

  
Dr. Tadeu Rezende  
Presidente

  
José Pompeo Corradi  
1º Secretário

  
Cido Espanha  
2º Secretário